VIVÊNCIA COTIDIANA E AS INTERVENÇÕES DO PODER PÚBLICO NA FAVELA: UMA ANÁLISE DO PROGRAMA VILA VIVA EM BELO HORIZONTE

Lucas Soares Rodrigues
Mestrando em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais
lucasrodriguesdm@gmail.com

Maryana Pereira Jácome
Mestranda em Psicologia Social pelo Programa de Pós-Graduação em Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais
maryana.jacome22@gmail.com

Maria Luísa Magalhães Nogueira
Professora Adjunta do Departamento de Psicologia da Universidade Federal de Minas Gerais
malu.mnogueira@gmail.com

Thuíra Moreira Novaes
Psicóloga formada pela Universidade Federal de Minas Gerais com ênfase em Processos Psicossociais
thuiramoreira@gmail.com

Jardel Sander da Silva
Professor Adjunto da Universidade Federal de Minas Gerais
jardelss@gmail.com

RESUMO: Neste artigo, buscamos discutir as mudanças cotidianas e implicações psicossociais desenvolvidas a partir da implantação do Programa Vila Viva no aglomerado da Serra, em Belo Horizonte–MG. Usando entrevistas, documentos elaborados pelo poder público e derivas na localidade, observamos a existência de contradições entre o discurso oficial e a realidade vivenciada pelos moradores. Conclui-se que o empreendimento, embora tenha garantido vários direitos à população, ainda recai na lógica da desfavelização, ao não observar os modos de vida e organização dos moradores, levando a uma apropriação precária da comunidade frente aos produtos da intervenção. Aponta-se para a necessidade do poder público explorar outras propostas de organização do espaço e ampliar o diálogo, a fim de garantir intervenções em que os moradores sejam agentes das transformações de seu mundo físico-social, superando o discurso

tecnicista de urbanidade e moradia, compreendendo-os como espaços de trocas cotidianas significativas.

Palavras-chave: Vivências cotidianas; Favela; Urbanização; Psicossocial; Intervenções.

DAILY LIVING AND THE INTERVENTIONS OF THE PUBLIC POWER IN FAVELA: AN ANALYSIS OF THE VILA VIVA PROGRAM IN BELO HORIZONTE

ABSTRACT: In this article, we sought to discuss the daily changes and psychosocial implications caused by the implementation of the Vila Viva Program in the Aglomerado da Serra, Belo Horizonte, MG. Using interviews, documents elaborated by the public authority and *dérives* in the locality, we observed the existence of contradictions between the official discourse and the reality lived by the residents. Although the enterprise has guaranteed several rights to the population, the same falls under the anti-favela logic, failing to observe residents' ways of life, which leads to their little appropriation of intervention products. It is pointed out to the need of the public power to explore other possibilities and to broaden the dialogue in order to guarantee interventions in which the residents are agents of the transformations of their physical-social world, surpassing the technicist discourse on urbanity and housing, comprising them as significant daily exchange spaces.

Keywords: Everyday experiences; Shanty town; Urbanization; Psychosocial; Interventions.

1. INTRODUÇÃO

Se resolvêssemos contribuir com Italo Calvino e criar uma nova cidade imaginária para o fantástico inventário que realizou em seu livro "As Cidade Invisíveis" (1988), uma cidade imaginária nos moldes do que a classe média urbana pensa-deseja das moradias da classe trabalhadora, como seria? Talvez uma cidade que, ao contrário da "desordem" e "precariedade" da favela, surgisse como bastião da ordem dentre as moradias modestas. Parece, no entanto, necessário lembrar que estas moradas são construções erigidas nos interstícios da dura realidade, nas pequenas brechas dos morros, onde um pouco de possível ainda sobra para essas pessoas,

excluídas do mundo imobiliário. No entanto, nem por isso deixam de sofrer suas interferências. De um modo geral, podemos dizer que as favelas são construções alternativas da classe trabalhadora para viver/resistir nas cidades brasileiras. Em Belo Horizonte elas são alvos de intervenção pelo Poder Público desde sua fundação (PIMENTA et al , 2009). Por ser uma forma alternativa de moradia e resistência, as favelas possuem uma organização sócio-espacial singular[1] (JACQUES, 2011). Na capital mineira, as favelas surgem antes mesmo da inauguração da cidade, pois não foi destinado um espaço de moradia, na cidade planejada, para os operários que participaram de sua construção. Nesse sentido, a favela é, muitas vezes, percebida como uma afronta ao modelo ideal de cidade planejada e organizada, o que produz intervenções constantes no tecido urbano desse modo de ocupação do espaço (MOURA, 2013). Para compreender as dinâmicas psicossociais que se desenvolvem entre a vida cotidiana na favela e as intervenções do Poder Público sobre ela, colocamos como foco deste estudo o Programa Vila Viva (PVV) da Prefeitura de Belo Horizonte (PBH) no Aglomerado da Serra, primeira localidade que recebeu o PVV. Localizado na região centro-sul de Belo Horizonte, o Aglomerado da Serra é um conjunto de 6 vilas com 46.000 moradores (PBH, 2015[2]).

O Programa Vila Viva, iniciado em 2005, ocupa espaço de destaque nos projetos de urbanização desenvolvidos pela Companhia Urbanizadora de Belo horizonte (URBEL), autarquia da PBH. Segundo Afonso e Magalhães (2014) o programa consiste em uma intervenção estrutural que transforma de forma sistemática o território no qual é implantado, com obras preveem a melhoria do sistema viário, da condição geotécnica, do sistema de abastecimento de água e esgotamento sanitário, além de melhorias habitacionais (remoções e reassentamentos) e regularização fundiária.

O PVV se baseia em um relatório urbanístico de planejamento produzido a partir do estudo intitulado como Plano Global Específico (PGE). Tal instrumento tem como diretrizes os

[1] Há, por exemplo, a existência de uma rede de solidariedade entre os moradores, que pode ser notada nas construções coletivas, seja de casas ou de melhoria das ruas e calçadas, na ajuda com o cuidado das crianças etc. Pode-se considerar essa rede como uma alternativa à ausência do poder público em garantir direitos básicos a essa população.

[2] Dados do Power Point datado de 2011, disponibilizado pela URBEL à equipe de pesquisadores via CD ROM em 2015.

aspectos urbanístico, sócioeconômico e jurídico da localidade estudada. Segundo o site da PBH: "O objetivo principal do PGE é apontar os caminhos para a melhoria da qualidade de vida nestes locais e integrá-los ao conjunto da cidade." (PBH, 2015).

Ainda que seja resultado desse estudo e que tenha como proposta produzir maior integração da favela com o resto do tecido urbano e melhorar a vida para os moradores do local, o PVV é cercado de polêmicas e acusações de violações de direitos humanos feitas por movimentos sociais e associações comunitárias (BRASIL, 2016)[3]. Fernandes e Pereira (2010) pontuam uma série de manifestações críticas ao programa. Em 2009, por exemplo, organizações sociais elaboraram um Manifesto, denunciando várias ações da PBH, tais como: a escolha das localidades; o formato e execução da intervenção; o impacto em termos de especulação imobiliária; e as práticas da URBEL durante a intervenção, consideradas abusivas. Nesse mesmo ano, a Defensoria Pública do Estado entrou com uma ação denunciando ações realizadas no âmbito do PVV: violações de direitos, desrespeito ao Código de Posturas e o risco à segurança dos moradores (FERNANDES e PEREIRA, 2010).

Nesse sentido, objetivamos, neste artigo compreender a percepção dos moradores sobre as mudanças ocasionadas após a implementação do Projeto Vila Viva no Aglomerado da Serra I (PVV-Serra I), além de indicar as implicações psicossociais nos moradores durante e depois da intervenção urbanística. Cabe sublinhar, desde já, que entendemos que a dimensão psicossocial engloba aspectos simbólicos e materiais que estão inscritos tanto em práticas cotidianas, afetos e discursos, quanto na concretude do território, sustentando os modos de vida. Buscamos também compreender as dinâmicas na relação entre a URBEL e o público atendido, por meio da identificação dos encontros e desencontros, presentes nas afirmações das moradoras participantes da pesquisa e o discurso da equipe técnica da URBEL, no que se refere à implementação do PVV. Neste sentido, visamos observar os significados que o saber técnico da URBEL atribui às favelas, bem como as práticas de resistência dos moradores à imposição de um modo padronizado de habitar e viver a cidade.

[3] O próprio Ministério Público Federal iniciou um processo que visava apurar as violações de direitos ocorridas no âmbito da execução do programa no aglomerado Santa Lúcia, outra grande favela da capital mineira. Cf. inquérito civil público de n° 1.22.000.0002113/2010-15. Acessado em 30 de junho de 2018, de: http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-aglomerado-santa-lucia

2. PERCURSO METODOLÓGICO – PORTAS E JANELAS, OU MODOS DE VER E DE MOVIMENTAR

Ao focar na temática das intervenções do poder público na favela é preciso, primeiramente, ver o território não só pelas evidências de sua constituição atual e/ou passada; mas pelas forças que o compõem cotidianamente. A metodologia para uma análise dos territórios da favela não pode ser sedentária; é preciso deslocamento, é preciso algum nomadismo. É necessário andar por este espaço, senão corremos o risco de permanecer na superfície visual, em que facilmente se contrapõe a desordem da favela ao ordenamento e organização dos conjuntos habitacionais.

Por isso, num primeiro momento, em caráter exploratório, realizamos quatro derivas no Aglomerado da Serra, a fim de conhecer e nos aproximarmos das dinâmicas do território. A deriva é um recurso metodológico extraído da produção artística (CARERI, 2003), que vem sendo usado como metodologia no âmbito acadêmico. A deriva pode ser compreendida como a realização de caminhadas pelo tecido urbano que se deseja compreender, registrando de formas variadas as percepções extraídas dos trajetos, em textos, diários, imagens, mapas, sons e conversas, por exemplo.

Como observação e experiência da cidade, a deriva favoreceu o contato com as várias ambiências, fornecendo uma "cartografia sensível" inicial, construída no andar pelos lugares da favela, registrando por meios diversos (principalmente fotos, diário de campo) as diversas produções, os afetos, os dispositivos de controle, as resistências e as práticas.

O uso da fotografia na pesquisa teve como objetivo enriquecer a análise do processo de implementação do PVV, servindo então como recurso para que a equipe pudesse refletir sobre seu próprio olhar para o campo de pesquisa. Deste modo, as fotos produzidas pela equipe, e não pelos moradores, não teve como objetivo ilustrar o processo de transformação, mas sim dar um suporte às análises da pesquisa, sublinhando para nós mesmos o que nosso olhar focou e, ainda, favorecendo a percepção de invisibilidades e não-ditos.

Utilizamos também entrevistas – entrevistas em profundidade e entrevistas semiestruturadas, acreditando que este instrumento de pesquisa, recurso já bem estabelecido na

pesquisa em psicologia, tem potencial de acessar os dados subjetivos (BONI e QUARESMA, 2005), como a percepção, as crenças e os valores das(os) entrevistadas(os).

No esforço em acessar a história coletiva a partir da singularidade, foram realizadas três entrevistas em profundidade com moradoras das Unidades Habitacionais do PVV-Serra. O que chamamos de "entrevistas em profundidade" se assemelha conceitualmente à técnica de "entrevista focalizada", ou seja, quando a(o) entrevistada(o) fala livremente sobre um assunto já definido, cabendo à(ao) entrevistadora(or) guiar a entrevista de maneira que não desvie do assunto (GIL, 1999). Assemelha-se também à técnica de "história de vida tópica" definida por Minayo (1993 apud BONI e QUARESMA, 2005, p 73) como sendo aquela modalidade "que focaliza uma etapa ou um determinado setor da experiência em questão". Com a entrevista em profundidade podemos explorar de maneira mais abrangente a experiência e os significados que as entrevistadas dão às intervenções do PVV-Serra I. Neste aspecto, entrevistamos três mulheres, Ana, Mara e Lia[4], sendo que Ana e Lia tiveram imóveis derrubados e receberam o reassentamento nas Unidades Habitacionais, enquanto a terceira entrevistada, Mara, comprou o apartamento de outro morador, recebendo, segundo ela, financiamento da Caixa Econômica Federal.

Chegamos à primeira entrevistada por indicação de uma técnica de outro programa social da região; a outra entrevistada foi encontrada no processo da realização das derivas; e, por fim, a terceira foi indicada pela primeira entrevistada.

Com a finalidade de conhecer o discurso técnico-institucional acerca do Programa, bem como para identificar os significados que o saber técnico-institucional atribui à realidade da favela, realizamos também duas entrevistas semiestruturadas com membros da equipe técnica envolvida nas obras do PVV-Serra I. As "entrevistas semiestruturadas" são aquelas em que o entrevistador segue um conjunto de perguntas previamente definidas em um contexto semelhante ao de uma conversa informal (BONI e QUARESMA, 2005). A primeira entrevista contou com a colaboração de dois técnicos, em 2014, e a segunda com a colaboração de um terceiro técnico,

[4] Os nomes são fictícios, apenas sendo preservada a correlação de gênero.

em 2015[5]. O contato com todos foi feito através de indicações da URBEL. Procedemos também à análise da primeira edição da Revista Urbanização e Habitação – revista institucional da URBEL –, e de uma apresentação de PowerPoint disponibilizada por um dos técnicos entrevistados, além de informações disponíveis no portal eletrônico da PBH/URBEL.

A análise dos dados das entrevistas foi feita por meio de "categorias analíticas em análise cruzada", que consiste na metodologia de análise construída da seguinte forma: 1) cada membro da equipe de pesquisadoras/es categoriza a entrevista sem direcionamentos teóricos prévios; 2) as diferentes categorias são discutidas pela equipe e tem como produto uma categorização comum; 3) realiza-se uma busca bibliográfica a fim de compreender as categorias alcançadas.

Após as etapas 1 e 2, constatamos a existência de quatro grupos de categorias, sendo eles: 1) Manejo da URBEL; 2) Liames sociais; 3) Contradições socioeconômicas, 4) Objetivos alcançados, direitos garantidos; por fim também apresentamos outras possibilidades de intervenção de favelas mais participativas e democráticas. As categorias serão discutidas conjuntamente para garantir maior fluidez ao presente texto.

3. NOSSO CHÃO - OU ONDE NOS ASSENTAMOS

As metodologias utilizadas pela URBEL para a desapropriação e a reassentamento das famílias em unidades habitacionais são chamadas de "pré-morar e pós-morar", realizadas pela equipe técnica social que compõe o programa. No período do "pré-morar" a URBEL afirma realizar reuniões na comunidade de modo que os moradores possam opinar sobre as questões que irão afetar o cotidiano do território em que vivem, sendo uma metodologia participativa.

Na entrevista realizada com Ary, integrante da equipe do PVV, ele afirma que tanto o "pré-morar" quanto o "pós-morar" são aplicados de forma criteriosa e coletiva, sendo que a comunidade tem ampla participação. O "pré-morar", como ressalta o entrevistado, tem o objetivo de conhecer os moradores e fazer com que eles participem amplamente das decisões do processo de reassentamento, por exemplo, na escolha do apartamento:

[5] As citações aqui utilizadas são extraídas desta segunda entrevista. Na ocasião da primeira entrevista, não foi aplicado o Termo de consentimento livre e esclarecido e, por isso, esse momento serviu apenas como fase exploratória.

> Então isso é feito no 'Pré-morar', com isso você já conhecendo as pessoas e trabalhando com elas essa relação de convivência, do acompanhamento, elas vão também se conhecendo e se relacionando, muitos já são conhecidos porque estão vindo da mesma origem, quando a gente já também. (Entrevistado Ary).

Ressalta ainda que os apartamentos do primeiro andar são destinados preferencialmente para pessoas idosas ou com alguma necessidade especial:

> Então, por exemplo, os apartamentos de primeiro andar ficam, até por uma força da, do Estatuto do Idoso e tudo mais, ficam reservados para as pessoas com alguma, portadoras de alguma necessidade especial né, e isso as famílias assim, assimilam da maneira mais tranquila que você imagina, a gente imaginava no início "não, mas vai dar muita discussão", **todos sabem disso: primeiro andar é sempre pra alguém, ou uma pessoa mais idosa, ou uma pessoa portadora de alguma necessidade especial, alguma, no aspecto físico, no aspecto mental que seja né.** (Entrevistado Ary, grifo nosso).

No entanto, as moradoras entrevistadas relatam a dificuldade de diálogo com a URBEL em diversas situações. Ana, por exemplo, retrata a dificuldade em conseguir dialogar com a equipe do PVV para ser realocada em um apartamento do primeiro andar, já que seu filho mais novo tem artrite reumatoide, o que muitas vezes o impossibilita de andar. Ela temia ser realocada em um lugar de difícil acesso, já que depende de acesso fácil a carro, para promover a assistência necessária ao filho. Em muitas conversas com a URBEL, Ana relatou o seu problema e teve dificuldade em conseguir ser ouvida, isso indica que o acompanhamento "pré-morar" foi inadequado às suas necessidades.

> E então ficava aquele medo: "pra onde que eu vou? Como que eu vou fazer?" o tratamento dele era aqui no Sara e eu falei "vai dificultar a minha vida", eu morava em um lugar que eu tinha acesso fácil pra carro, porque o carro parava quase na porta da minha casa, então tinha como eu sair com ele. E aí a Urbel, esses prédios, muitas vezes a gente não conseguia... porque eles não queriam arrumar um local que fosse fácil pra mim. Igual eu falei com eles, eu falei pra eles da minha dificuldade, levei laudo, levei tudo médico dele... como na época que eles fizeram isso, era uma época que ele estava andando, né? **"não, ele tá andando, ele não tem problema nenhum",** achava que não tinha problema nenhum. Mas eu como mãe, eu sabia os problemas dele. Então ficou aquela coisa assim, meio medo. Arrumava prédio pra mim lá em cima, na rua da água, que é bem lá em cima mesmo. (Entrevistada Ana, grifo nosso).

O trecho ressaltado exemplifica o quanto o discurso técnico é mais valorizado do que o da população local, há que se provar o nexo causal: no momento da desapropriação e realocação é necessário que o quadro do filho esteja agravado, estando este visivelmente sem condições de andar frente a equipe técnica, para que a família receba um apartamento em local mais acessível. Ana retrata que foi um processo muito desgastante e ela resistiu até que a obra perto de sua casa foi iniciada, o que tornou o local categorizado como área de risco, devido às obras:

> Eu dormia às vezes e acordava 7h da manhã com o trator passando e minha casa só tremendo. **Tanto que eu saí por causa disso porque minha casa ficou em área de risco por isso, porque eles começaram o projeto mesmo sem tirar todo mundo e eu fiquei lá com aquele medo da terra que eles tiraram cair.** Eu falei "vou ter que sair e ir pro aluguel" porque eles pagam aluguel porque os apartamentos não estavam todos prontos. (Entrevistada Ana, grifo nosso).

É possível que a atuação da URBEL tenha sido, por vezes, arbitrária. A moradora relata haver um tom pouco compreensível, em alguns momentos, por parte da equipe técnica. Assim, segundo ela relata, do ponto de vista da equipe, frente a sua não aceitação das propostas, ela deveria procurar um psicólogo, uma vez que sua recusa iria prejudicar a qualidade de vida dela e de sua família:

> E o pessoal da Urbel não queria saber. Eles queriam simplesmente fazer a obra deles, colocar uma pessoa onde desse pra eles colocarem, e pronto. Cheguei a brigar. **O cara chegou a falar "ah, você é problemática, você tem problema de cabeça, tem que fazer tratamento com psicólogo".** Falei 'não, vocês não tem psicólogo aqui? Então vocês põem alguém para me acompanhar'. (Entrevistada Ana, grifo nosso).

Ao final, Ana acabou indo para um apartamento no terceiro andar e retrata as dificuldades de locomoção de seu filho nas épocas em que a doença se apresenta mais intensamente. A moradora ressalta as melhorias que o Programa trouxe como as obras viárias, que possibilitaram acesso a transporte público mais perto de casa, mas sublinhou em suas falas o quanto o diálogo com a equipe do programa foi difícil.

Essa situação pode estar articulada a violações históricas de direitos, atualizando um mesmo eixo de ação na relação favela-moradia:

> (...) a realidade de várias favelas tem sido marcada por violações de direitos à moradia, pela não participação dos favelados na formulação do projeto urbanístico a ser desenvolvido em suas comunidades, pelo não fornecimento de informações acerca do projeto urbanístico e pela imposição do mesmo sem diálogo prévio. (...) Trata-se da gestão do lugar do pobre na cidade. (LIMA, 2012, p. 6)

Com a fala de Ana, fica evidente que em muitos momentos houve uma imposição de uma forma de morar distinta da realidade em que vivem os moradores do aglomerado, resultando em um projeto por vezes excludente e mantenedor de desigualdades e violências históricas.

No que diz respeito ao pós-morar, Ary destaca que é um acompanhamento das famílias quando elas já estão alocadas nas Unidades Habitacionais:

> No 'pós-morar" a gente já faz um trabalho já pra eles conhecerem a unidade já morando né, as regras de convivência coletiva, o Regimento Interno, as outras atividades, e aí a gente vai, no decorrer dessa etapas diversas outras atividades né, é, é educativas, do ponto de vista da, do uso das redes de esgoto né, da gente ter até apoio de outros órgãos, quando é necessário e inúmeras reuniões, a gente fala assim, é um trabalho assim, onde nós estamos presentes o tempo inteiro; constituir o condomínio é uma espinha dorsal, inclusive, do trabalho pós-morar. A eleição do síndico, quando eles não conseguem eleger o síndico a gente elege pelo menos um representante, depois eles conseguem ir assimilando pra eleger o síndico, o papel do síndico, o papel dos outros condôminos né? (Entrevistado Ary).

A vivência de uma casa, muitas vezes com autoconstrução, é distinta da realidade de um edifício e seus apartamentos. Em estudo feito na mesma localidade, Melo (2009) ressalta a diferença entre os dois tipos de habitação, evidente tanto na rotina e sociabilidade, quanto no que diz respeito à possibilidade de transformação do imóvel, o que leva a uma mudança significativa no modo de vida da população que foi removida.

O significado que o saber técnico comumente atribui à arquitetura despadronizada da favela é muito diverso daquele construído por quem nela habita e quem realmente criou (com as próprias mãos, ao longo de anos) aquela arquitetura, de conquista, resistência e constante transformação. Tomando as palavras Alvito (2001)

> Embora seja verdade que todo espaço habitado pelo homem é um produto socialmente construído, no caso da favela isto assume uma dimensão radical. É um espaço que não somente foi construído pelo homem – termo genérico que nos bairros de classe média designa organizações privadas, como as construtoras, ou governamentais, como a companhia de eletricidade –, mas também, no caso de Acari (excetuando-se o Amarelinho), pelos mesmos homens que lá habitam, com suas próprias mãos, lentamente, durante anos. (ALVITO, 2001, p. 69)

Alvito (2001) realizou uma etnografia na favela de Acari, no Rio de Janeiro. Para ele, a relação que o morador de Acari estabelece com esse espaço é a de um conquistador, resultado de décadas de trabalho a partir do nada. A percepção da classe média e a do morador são profundamente distintas, sustenta o autor. Na mesma linha, talvez com um hiato menor, a percepção do saber técnico e a do morador diverge.

Lia relata o problema da garagem, que não dispunha de portão e tampouco de divisão de vagas. Ela lembra que a equipe técnica do PVV proibiu a instalação do portão e ressalta:

> Eu acho a qualidade péssima da garagem, sempre reclamo, eles pegaram 3 blocos, 3 blocos, e jogaram uma garagem que não cabe 3 blocos. Na reunião eles falou assim 'não é todo mundo que tem carro, os que tem cabe'. (...) Eu acho que eles deveriam ter feito isso: ou não fazia vaga pra ninguém ou então, aqui ó a vaga tá aqui vamos falar em reunião quem vai ter direito as vagas, quem tem carro agora vão entrar todos com direito a vaga. Que aí pelo menos não tinha confusão, todo mundo que entrou, entrou sabendo que aquela vaga era... E aí não teria essas coisas. Que na minha porta bate assim, quase todo dia. (...) aí teve o problema (do portão) da garagem. Não podia fechar, mas como a gente faria, tava ficando muita gente usando droga, maconheiro, transar, cheio de camisinha, aí a gente colocou portão. Não era permitido, mas a gente teve que pôr. Hoje, pra gente ficar, tinha que pôr. (Entrevistada Lia).

Aqui percebemos como as intervenções estruturantes podem ser atravessadas por um modelo padronizado divergente ao modo de morar da população, além de trazer uma sensação de desamparo e impotência.

A entrevistada Lia também relata a existência de uma rachadura e ausência da URBEL em solucionar o problema. É válido ressaltar que não se sabe se a rachadura compromete a estrutura do prédio. No entanto, o fato da URBEL não apoiar na resolução do problema acaba alimentando desconforto e medo nos moradores. Outro fator importante é que os moradores já

deveriam ter condições de solucionar problemas, como esse, de forma autônoma, já que a fase do "pós-morar" é de até no máximo dois anos e um dos principais objetivos é ajudar no desenvolvimento da independência, possibilitando a cogestão do novo espaço. No entanto, alguns problemas e desconfortos perduram por mais tempo.

> (...) mas eu acho que no Vila Viva faltou um pouco mais de organização em relação aos próprios moradores. Para eles saberem como se organizarem. Eles moram em um prédio, o síndico não opta nada em termos de se precisa fazer alguma obra, algum reparo, ele encontra dificuldades em estar rateando o dinheiro porque as pessoas não tem condições ou não querem ajudar. [...] Mas... muita coisa… muito apartamento deu problema e ainda dá. Eu mesmo, eu tive muito problema aqui, eu tive problema com vazamento, tive que arrumar... **chama pra vir é uma enrolação pra vir.** Eles falaram que até dois anos tudo ia ficar por conta deles, que eles iam… o que estragasse, ou o defeito que desse, que eles viriam pra arrumar, mas é uma luta pra você conseguir que eles viessem. (Entrevistada Mara, grifo nosso).

Na mesma linha, Ana retrata que a URBEL entregou um caderninho com as instruções de funcionamento do prédio, como, por exemplo, orientações sobre o pagamento do condomínio, o que gerou uma série de conflitos entre os moradores, que não concordavam em pagar o valor, além de outras questões relativas à sociabilidade:

> Mas, assim, o acompanhamento das pessoas, pra ver como tá sendo a convivência, como tá sendo feito, como tá a moradia, se a organização tá, isso não teve. Isso não teve. E a gente assim, eu fiquei muito triste com isso porque eu vi que deu mais dor de cabeça pra gente. Deu muito mais dor de cabeça pra gente porque eu falei que **eles tinham que preparar primeiro pra depois colocar.** (Entrevistada Ana, grifo nosso).

O fato de Ana dizer que o acompanhamento anterior à mudança foi feito de forma incipiente, demonstra uma deficiência na fase pré-morar. Quando questionado sobre o tempo de acompanhamento no pós-morar, se existe um prazo, Ary ressalta:

> Tem, ele tem um prazo de entre um ano e um ano e meio, se muito. Ele nunca ultrapassa, a gente tem conseguido, inclusive, a gente faz mais ou menos uns seis meses de "pré-morar", em média tá, às vezes você faz quatro meses de pré-morar, às vezes você faz oito meses de pré-morar, porque você já começou "pré-morar" e às vezes o cronograma daquela obra se atrasa um pouco e você continua o trabalho de preparação tá, às vezes você consegue fazer num prazo mais curto pré-morar. E o pós-morar entre um ano e um ano e meio, nunca superou um ano e meio. Então se somar os dois períodos, de pré e de pós, entorno ai de, de, de 20 meses a 24 meses tá, em média. (Entrevistado Ary).

Outros pontos levantados pelas entrevistadas indicam que os impactos vão além dos atingidos diretamente pelas obras. Mesmo aqueles que não foram removidos pelo processo acabam por sofrer os efeitos do mesmo. A intervenção modifica e atua em várias esferas do cotidiano da comunidade. Ana, por exemplo, relata o problema vivido por sua irmã, que não passou pelo processo de desapropriação. A casa ficava em um local que não estava indicado para intervenção, no entanto, era muito próximo às obras, o que ocasionou em uma rachadura em sua casa. Eles chamaram a URBEL para fazer uma vistoria e solucionar o problema, porém não obtiveram respostas.

Lia pontua que as regras estabelecidas, como a necessidade de permanecer no apartamento por dois anos, não podendo vendê-lo antes disso, e o valor irrisório das indenizações, aqueceu o mercado imobiliário, tornando difícil outras opções de moradia no local que não o próprio PVV.

Diante do exposto, podemos perceber que existem desencontros no discurso técnico com o discurso das moradoras. O saber técnico, exemplificado na fala de Ary, afirma que a companhia atua de forma criteriosa na metodologia a qual se propõe: o pré-morar e o pós-morar. No entanto, as falas das moradoras entrevistadas mostram que o diálogo com a URBEL é, muitas vezes, difícil, tanto em termos simbólicos, isto é, preocupações, angústias e o sentimento de reconhecimento, quanto em termos materiais, ou seja, em impactos socioeconômicos. Esferas que se misturam, simbólico e material, evidenciam impactos na vivência cotidiana da população de um programa proposto para a melhoria da vida da comunidade[6].

[6] Insistindo na citação: "(...) promoção do desenvolvimento socioeconômico das comunidades." (AFONSO e MAGALHÃES, 2014, p.32).

4. PAREDES OU POLIFONIAS DO VIVER

A favela é produzida pelos encontros e desencontros das práticas cotidianas (MELO, 2009). Essa produção da favela se dá majoritariamente pela autoconstrução das casas – e por correspondente da favela – como nos mostra Lia ao contar de quando foi necessário aumentar sua antiga casa para que toda a família tivesse mais conforto:

> Foi meu irmão que é pedreiro na época meu pai também era pedreiro, ai eles bateram (a laje), **meus bons amigos ajudaram a bater** comprou o material ai bateu, ai construiu, meu pai construiu com meu irmão mais dois cômodos e uma... A gente subiu para cima e meu pai ficou com o quarto de baixo, ai coube todo mundo, mas antes era tudo junto. (Entrevistada Lia, grifo nosso).

Interessante observar que a atividade de construção das moradias prescinde da presença dos "bons amigos", ou seja, de membros das redes sociais comunitárias que Lia faz parte. Essa construção cooperativa gera um simbolismo próprio e passa por fortalecer os laços afetivos e comunitários, ainda que não sem conflito. Além disso, a construção dos novos cômodos vem para atender uma demanda cotidiana nova (a necessidade de mais quartos), mostrando um modelo de moradia mais flexível frente às mudanças da vida cotidiana, o que liga também os novos cômodos a memória das experiências dos sujeitos.

Os prédios do PVV foram construídos em alvenaria estrutural, o que quer dizer que as próprias paredes dos prédios o sustentam (MELO, 2009), não havendo assim pilares laterais. Isso implica que não é possível o morador derrubar qualquer parede, assim não se pode "(...) expandir a habitação, não é possível flexibilizá-la internamente como, por exemplo, a junção da sala e cozinha." (MELO, 2009, p. 65).

A decisão de construção em alvenaria estrutural tem uma justificativa econômica por implicar em menor custo da obra, e outra justificativa que é o uso dessa alvenaria pelo mercado imobiliário da cidade formal.

> Porque ela é mais barata, porque ela já é praticada há muitos anos inclusive na atividade comercial no mercado, ela é mais limpa, ela gera um, ela gera um, um, uma diminuição de custos bastante acentuada né, e ela não tem nenhuma aplicação negativa, do ponto de vista da unidade tem apenas esse condicionante, esse é, como diz o outro, imexível, esse é irrefutável, você não pode tirar uma parede né, de jeito nenhum. (Entrevistado Ary).

Assim, os conjuntos do PVV trazem consigo a mesma lógica de padronização arquitetônica que se vê na cidade formal, o que impede seus moradores de atuarem sobre a moradia a partir das demandas cotidianas, um modelo, portanto, distinto do que viviam nas antigas casas. É válido lembrar que além da rigidez os apartamentos possuem em média 46m². Sendo assim, os moradores podem ter que se mudar novamente a cada nova fase a de suas vidas, como vemos no relato abaixo:

> É gente que tem família que tá com apartamento de dois quartos só, porque depois família cresceu e infelizmente tem que conviver ou depois tem que mudar, passar pelo mesmo processo de novo: procurar casa barata, tentar vender o apartamento pra poder mudar. (Entrevistada Ana).

O processo de subjetivação se dá intimamente relacionado à produção do espaço. No espaço, o sujeito habita, se relaciona, trabalha e se identifica. Nesta relação entre sujeito e espaço não se toma um sem o outro, o sujeito tem sua experiência subjetiva imbricada no espaço que produz, da mesma forma não existe o espaço em si, este "deve ser compreendido através do conteúdo a ele agregado pelos atores que de alguma forma ali inscrevem a história" (NOGUEIRA, 2009). Ou seja, há uma relação dialética que liga subjetividade e materialidade, sujeito e espaço, identidade e território/lugar, conforme já indicado na obra de Milton Santos (2008).

A Teoria Histórico-cultural, que tem seu maior expoente Vygotsky, afirma que a relação entre sujeito e o mundo físico-social se dá pela mediação da atividade humana, sendo esta diferente da atividade animal, pois é "uma atividade com significado, própria dos seres humanos e de suas estruturas sociais" (GÓIS, 2005, p. 78). Em uma perspectiva histórico-cultural a atividade humana é uma parte integrada de um sistema de relações, envolvendo cooperação e comunicação (GÓIS, 2005). Nós, seres humanos, temos a atividade como mediadores que

fornecem as condições para, ao transformarmos a natureza, e nos desenvolvermos, por meio de processos dialéticos de apropriação, interiorização e transformação da realidade. Apropriamo-nos da cultura, por meio da atividade, e assim nos constituímos enquanto sujeitos. Logo, a subjetividade possui uma dimensão objetiva, de inscrição de si no mundo. É importante apontar esses aspectos para que possamos compreender mais profundamente como intervenções materiais têm relações íntimas com processos de ordem subjetiva.

Existe uma relação de pertencimento que emerge da produção do espaço, não no sentido de propriedade apenas ("minha casa"), mas também de nós mesmos passarmos a nos organizar psiquicamente como pertencentes a um lugar, do qual nos apropriamos, como uma base espacial para a produção subjetiva, ambas sempre em movimento.

Góis (2005) afirma ainda que o conceito de apropriação explica a diferença que humanos e outros animais possuem ao relacionar com o mundo, sendo que os humanos se apropriam "da realidade transformando-a, mediante o uso de instrumentos e da fala, a reconstrói internamente de modo singular" (p.84). Deste modo, a apropriação diz respeito ao processo realizado pelo sujeito de transformação e reconstrução do mundo físico-social no seu psiquismo.

Há uma relação de apropriação aos lugares que são importantes na constituição subjetiva dos processos de subjetivação. Nesta linha, é possível pensar que lugares que são produtos mais diretos de sua atividade, como é o caso das moradias autoconstruídas e da favela como um mosaico desta autoconstrução, tem maior potencial para promoção dessa identificação e pertencimento.

A favela não faz parte do ordenamento urbano padrão, ela não é planejada – ou recebe pouca intervenção – pelos urbanistas do estado e do mercado, ela é uma alternativa construída pelos pobres para viver na cidade. Nela o público e o privado se interpõem, os conflitos e acordos fluem a partir das práticas cotidianas (MELO, 2009), seu tecido é próprio, pois é produto direto da atividade humana no espaço, é construída pelos próprios moradores a partir desses encontros e desencontros num trabalho humano interminável de atender as demandas cotidianas. Por serem produto mais direto da atividade dos sujeitos, as casas, becos, ruas e vielas são base e produto das relações interpessoais e das identidades individuais e coletivas.

> Porque a gente abre mão de muita coisa por causa da indenização, a gente abriu mão de muita coisa mesmo. De sair de onde a gente cresceu, igual lá embaixo, assim… eu mesmo não saí de lá. Eu tô aqui perto da praça, tem evento, eu não fico aqui. Eu não me sinto assim… que eu tô no meu lugar. Toda vez que eu entro, que eu saio daqui, que eu… eu já tô com quase 4 anos, eu não me identifico aqui. Como assim… aqui é o meu canto. Eu não fico aqui. Eu não fico na praça, eu não tenho amigos de ficar, de sentar, de bater papo aqui. Eu desço daqui e vou lá pra baixo, pra rua. É lá que a gente senta na calçada, é lá que a gente senta e fica batendo papo com os vizinhos, fica eu, meu irmão, primos, minha família, os colegas… Então meu canto ainda continua lá. (Entrevistada Ana).

Um dos princípios do PVV é o reassentamento junto à vizinhança. É interessante observar, por exemplo, que Ana chama de "vizinhos" as pessoas que não foram removidas e ainda estão estabelecidas nas vizinhanças de sua antiga casa. O novo processo de apropriação e reconhecimento com a nova moradia e seu entorno, no entanto, parece exigir mais tempo que o previsto pelo programa.

Outro ponto sobre o processo de reassentamento é para qual localidade do aglomerado que a família se muda. A URBEL afirma que 75% das famílias foram reassentadas dentro do território de origem, seja nas UH's ou em outras casas do aglomerado (Entrevista de Ary, 16 de junho de 2015). Entretanto, uma localidade do porte do Aglomerado da Serra possui várias territorialidades, internas às suas seis vilas, e possivelmente desconhecidas pelos especialistas:

> Então fiquei naquele medo. Aí o outro apartamento que eles queriam me colocar era lá embaixo no São Lucas. Eu falei nossa, longe de toda minha família, eu tenho dois meninos adolescentes, época de guerra de tráfico de drogas aqui em cima, **porque tava em uma época de tráfico, de guerra mesmo, matando mesmo, uma área matando a outra e falei, pronto, não vou nem viver.** (Entrevistada Ana, grifo nosso).

Não se pode tomar o Aglomerado da Serra como um território homogêneo, ao fazê-lo a URBEL desconsidera as dinâmicas socioespaciais internas, o que é sintoma de um olhar reducionista por parte da institucionalidade da alteridade da favela. Do mesmo modo, os espaços padronizados, por oferecem pouca possibilidade de ação transformadora da atividade humana – como são as UH's do PVV –, sempre serão espaços de menor potencial de identificação pelos

sujeitos, em especial por moradores de favela que vivenciaram e se constituíram sujeitos em espaços não padronizados.

Essa visão funcionalista e meramente técnica está presente na fala de Ary ao elaborar sobre o que seria "moradia", ele afirma:

> Falando como parte integrante desse corpo técnico e como preceitos, dos objetivos, da missão, da visão da URBEL em relação a "morar", é propiciar à população, principalmente, fundamentalmente e prioritariamente a população moradora de áreas de ZEIS [...] é promover moradia com melhoria da **condição de habitabilidade, então assim, o conceito de morar deve ser: promover a condição de uma moradia digna, nos aspectos da acessibilidade, do endereço digno, de salubridade, isso é um aspecto fundamental;** [...] Alguns itens que a gente pode compor, uma moradia digna né: a questão da ventilação, que muitas não tinham em suas casas de origem, questão da incidência do sol, muitos não tinham em sua casa de origem, (...) e a questão, principalmente, do acesso aos serviços de saneamento né; outros ali que pode até ser de menor importância mas que são importantes, por exemplo, iluminação, acesso a vias veiculares. (Entrevistado Ary, grifo nosso).

As questões apontadas fazem parte de uma moradia digna por direito, no entanto, cabe sublinhar que as intervenções urbanas voltadas a esta população ainda não avançaram a ponto de conseguir proteger a dimensão afetiva e singular da moradia.

Ao falarmos de padronização/uniformização em intervenções em favelas evidenciamos que ela se dá em relação ao padrão da cidade formal, ou seja, busca a desfavelização (JACQUES, 2011). Paola Jacques questiona por que ainda buscamos a uniformização do espaço urbano, por que destruímos a identidade própria da favela, materializada arquitetônica e esteticamente no processo inventivo da favela (JACQUES, 2011, p.14). Por mais que o PVV não busque remover todo o tecido de favela, a atuação da URBEL, conforme já afirmamos, parece querer garantir que os conjuntos do PVV se mantenham padronizados, evitando a "favelização", gerando a atualização de uma estética formalista que, segundo Jacques, é de difícil apropriação identitária. Desta forma, podemos entender que a URBEL age desde a tutela em relação ao tipo de telhado de uma garagem, até a repressão de práticas habituais da favela como, por exemplo, o uso de varais ao ar livre para secar as roupas, desconsiderando os modos de apropriação gestados historicamente pela população local.

O uso de varais em áreas externas à moradia é comum para quem vive em casas, entretanto não é comum aos moradores de prédios no Brasil, que devem estender as roupas dentro dos apartamentos. No entanto, nos conjuntos do PVV essa prática se mantém, são estendidas roupas para fora das janelas ou se criam varais nas áreas comuns não utilizadas entre os prédios; essa prática é combatida pela URBEL, como vemos nos dois relatos abaixo:

> Não, porque assim, um até mesmo falou assim que não podia pôr nada na janela, né?! Porque os andar de cima pra não cair nos andares de baixo, **porque fica feio de pôr roupa, fazer o varal lá atrás, fica igual favela, era essas coisas assim.** (Entrevistada Lia, grifo nosso).

> Aí depois de entregado o apartamento era mais pra saber essas coisas, porém, foi durante um ano, né?! depois do...Mas assim, eles iam lá pra falar que num, num, num podia pendurar roupa no muro, no arame. (Entrevistada Ana).

Figura 1 – Cotidiano da Resistência
Fonte: Arquivo da Pesquisa – Repositório das Derivas, 2014.

Mesmo com essa repressão, os varais permanecem estendidos nas áreas comuns dos conjuntos do PVV. Essa permanência é sintoma da busca dos moradores de se apropriar do novo espaço transformando-o em algo mais familiar através de uma prática que constitui seu modo de viver e morar, fazendo assim resistência à padronização a qual são submetidos.

Essas formas de criação frente a um modelo padronizado de se fazer moradia e habitar/vivenciar a cidade remete ao que Certeau (1998) chamou de táticas. Para o autor as táticas seriam florescimentos efêmeros, microrresistências às estratégias dominantes, são definidas como inteligências e astúcias, praticadas e inventadas no cotidiano por uma marginalidade não produtora da cultura dominante. O autor também afirma que a tática é a arte do fraco e vai operar golpe por golpe, é determinada pela ausência de poder e por um não lugar, vai utilizar as falhas que vão se abrindo na vigilância do poder proprietário, isto é, do poder que opera as estratégias - práticas institucionalizadas produzidas por uma categoria social dominante.

Ao serem reassentadas nos conjuntos às famílias passam a ser submetidas uma nova forma de relação entre público-privado, a um novo conjunto de regras que vão buscar reger a vida individual e pública, exemplificada aqui pela institucionalização que carrega o papel do síndico e Convenção de Condomínio:

> A gente tá sem síndico, porque o menino que era síndico mudou daqui, depois disso a gente elegeu um outro rapaz que é o meu vizinho da frente, ele não… com um mês que ele tava, ele falou que não queria, que não ia mexer, que não tinha tempo, não sei o que, e ninguém mais quis assumir, eu peguei pra… eu falei "ó, eu vou ficar com a parte de recolher as contas, eu posso fazer isso. Eu recolho o dinheiro, as contas, eu pago… aí eu faço isso. Eu prego as contas lá embaixo, faço a soma, vejo quanto dá pra cada um, coloco lá o valor, prego as contas pra eles conferirem nas contas e aí eles me passam o dinheiro eu vou lá e pago. Mas tem briga aqui! Quando… e olha que a conta de condomínio aqui é barata, porque o gasto é pouco. É um real, dois reais pra cada apartamento, pra cada pessoa… E tem gente que briga. Que fica sem pagar. Tem vez que tem que dar dois, três meses e tem gente que não pagou ainda. Tá atrasado. Eu vou pago do meu bolso pra não cortar e aí eles vão me dando depois atrasado (...). (Entrevistada Ana).

Observamos que há uma distinção entre o público da favela e o público do condomínio. Assim, da mesma forma que ocorre na cidade formal com os condomínios, o espaço público do conjunto ganha um caráter intermediário entre o público da favela e o privado; o público do

conjunto se coloca como privado frente ao público da favela. Emerge assim uma barreira que distancia o privado do morador do conjunto do público da favela, da mesma forma ao público da favela se impõe uma barreira ao público dos conjuntos e ao privado.

A produção dos conjuntos do PVV segue a mesma lógica de distanciamento entre o privado e o público da cidade/favela que se faz presente na cidade formal. Por isso, cabe aqui uma pontuação importante sobre as formas de intervenção na cidade. Sobre como selecionamos territórios, na sobreposição de territórios que constitui a cidade. Como indica o texto de Heloísa Soares de Moura Costa, "(...) há várias outras dimensões da ilegalidade da e na cidade" (COSTA, 2006. p. 145). Então, qual o critério para a concepção do "informal, ilegal, irregular?" Insistimos em só identificar a ilegalidade e a irregularidade naquele em que desejamos desqualificar, no outro, distinto. A definição de irregular, ilegal ou informal, assim, se relaciona ao que é fetichizado e produzido a partir de uma desqualificação de outros espaços e modos de vida.

Há atravessamentos que envolvem a maior obra viária do PVV/Serra, a Avenida do Cardoso. Como afirma Gomes (2012), esta avenida foi "(...) o equipamento para o qual foram direcionados cerca de 60% dos recursos" (p. 2014), foi também responsável por grande parte das remoções.

A justificativa apresentada para a construção da Avenida do Cardoso é a que esta traria melhoria das condições viárias do aglomerado. No entanto, ao mesmo tempo em que se investiu em uma grande avenida, contraditoriamente o número de garagens nos conjuntos habitacionais foram construídas em número menor que o de UH's, obedecendo apenas o mínimo estabelecido por lei.

Gomes (2012) afirmar que "embora esteja no Aglomerado e, em alguma medida, possa ser apropriado por ele, está nele, mas não é para ele." (p. 204). Nesta linha raciocínio, é possível sustentar que a construção da Avenida do Cardoso, faz parte da reativação de outro projeto:

> O novo anel de contorno que tem por princípio reestruturar Belo Horizonte em caráter metropolitano, aponta para a possibilidade de ligação com a região central através de dois eixos viários estruturantes: um no Aglomerado da Serra (Via do Cardoso) e outro passando por dentro do Taquaril onde, na atualidade, está sendo implantado o Vila Viva. A construção do Anel da Serra integrará as áreas de propriedade das mineradoras, localizadas no reverso da Serra do Curral, à Avenida Bandeirantes/Avenida do Cardoso e, no sentido leste desta, por um eixo viário a ser construído dentro do Taquaril. Se a Avenida do Contorno original teve o sentido de limitar, a que agora se planeja objetiva ampliar as possibilidades de reprodução do espaço, ja que esta é fundamento da reprodução ampliada do capital. (GOMES, 2012, p. 239)

Assim, ainda que o discurso que sustenta o PVV se justifique como projeto voltado para a promoção de melhorias para a comunidade, sua maior obra pode estar direcionada a públicos distintos e para outra agenda, a saber, a reprodução do capital.

Na mesma linha, se um dos objetivos do PVV é a promoção do desenvolvimento socioeconômico do lugar, cabe observar que não houve, por exemplo, planejamento específico para lidar com a desapropriação e o reassentamento de estabelecimentos comerciais, ainda menos para lidar com o uso misto de moradia e estabelecimento comercial, muito comum em favelas e bairros populares. A única saída usada para lidar com essas questões foi a indenização de benfeitorias, sendo que apenas em 2015, 10 anos depois do início da primeira intervenção da cidade, a URBEL internamente discute um Projeto de Lei para reassentamento comercial (Entrevista de Ary, 16 de junho de 2015).

Há ainda a situação da falta de titulação fundiária. Todas/os as/os entrevistados, tanto moradores como técnicos, confirmam que ainda não foi realizado a titulação fundiária das Unidades Habitacionais.

O aquecimento do mercado imobiliário local é também resultado da intervenção, aumentando o valor das casas já existentes na favela, antes mesmo da remoção das famílias afetadas, conforme o relato de Ana nos mostra:

> Aqui ficou tudo muito difícil depois que o pessoal falou em tirar as casas porque "ah, a prefeitura tem muito dinheiro, vai pagar muito dinheiro", então a gente já começou a não achar lugar pra morar, porque você começava a procurar lugar aqui dentro da Serra, porque ninguém queria sair do bairro, todo mundo queria mudar, mas achar um lugar aqui dentro. Então as casas ficaram muito caras. Você não conseguia achar casa barata, que o valor da indenização cobrisse. (Entrevistada Ana).

Não podemos deixar de pontuar que o Programa tem suas positividades bem marcadas, de importância indiscutível para milhares de moradores que antes não possuíam, por exemplo, CEP, sistema de esgoto e acesso ao transporte público perto de casa. A garantia desses direitos possibilita uma melhoria da relação entre morador e cidade, e melhoraram a qualidade de vida da população. Como pontua Lia:

> No geral foi bom... né? Porque, tem algumas pessoas que foram indenizadas que foram embora, as que ficaram, ficaram com rua na porta, com rua mais fácil de chegar em casa, que antigamente era muito beco, né? Ficou mais fácil transitar, porque lá onde eu moro antigamente era tudo beco, então era muita droga, né? Muita pessoa que vendia, muito mais pontos. Agora diminuiu, porque com a praça da cardoso é muito grande, muito boa, os meninos podem brincar, pode (...) de tarde. Então essas coisas realmente teve melhoria pra gente sim, muito boa, graças a Deus. (Entrevistada Lia).

Porém, Melo (2009) ao discutir a questão dos conjuntos verticalizados do PVV do Aglomerado da Serra os compara a outras experiências exitosas, afirmando que a organização dos conjuntos no PVV se faz os blocos em pouca comunicação, isolados e distantes, o que desestimula o encontro e a convivência (MELO, 2009). A pesquisadora cita a experiência de habitação popular no bairro de Falchera, em Turim-Itália, onde os blocos foram organizados favorecendo espaços de convivência:

> As áreas centrais entre os prédios são permeáveis a todos os vizinhos e, além de locais de encontro, configuram um acesso coletivo para diversos prédios, onde se encontram os moradores de blocos diferentes, configurando um espaço de interesses comuns. Um bloco se delimita e se oposiciona em relação ao outro de forma interativa e relacional, conformando a unicidade do conjunto e garantindo certa privacidade pela distância entre os apartamentos. (MELO, 2009, p. 160)

Melo (2009), partindo da análise arquitetônica da favela, afirma que é comum a construção de casas sobrepostas, entretanto de maneira parcial, diferente dos apartamentos do PVV onde a sobreposição é total.

As sobreposições parciais garantem a manutenção de espaços vazios sobre edificações do pavimento inferior que configuram espaços ao ar livre (“lajes”) para os pisos superiores, abrindo inclusive a possibilidade de expansão futura da moradia. A lógica formal que permeia a produção destes espaços está vinculada a hábitos e necessidades destes moradores, tanto quanto à utilização de áreas livres quanto à possibilidade de expansão da casa, que não podem ser desconsiderados. Talvez em projetos concebidos sem perder de vista estas especificidades e estruturas formais, pudéssemos produzir moradias mais adequadas às necessidades de seus moradores, além de considerar a qualidade ambiental das mesmas. (MELO, 2009).

Dessa forma, Melo (2009), considerando ainda topografia de encostas do Aglomerado da Serra, traz o exemplo da experiência do finlandês Kauttua, cuja edificação aproveita a encosta como rampa de distribuição em diferentes níveis e acesso para unidades parcialmente sobrepostas, em solução de nível (“sobreposição em degrau”), que possibilitam a criação de terraços em todos os pavimentos. (MELO, 2009)

Outro exemplo que podemos lembrar é a urbanização de Brás de Pina, no Rio de Janeiro. A intervenção é um exemplo de que é possível alcançar maior possibilidade de ação dos moradores. Iniciada em 1967, a intervenção levou em consideração o aspecto subjetivo do espaço. Os moradores tiveram uma participação determinante em todo processo de urbanização, eram responsáveis pela escolha do lote, compra do material de construção e estavam envolvidos até na própria construção da nova habitação. O apoio financeiro do Governo, através de empréstimos de baixos juros e com longo parcelamento, possibilitou que os moradores adequassem às despesas a sua condição econômica, permitindo assim que construírem suas casas de acordo com suas próprias necessidades e limitações (BLANK, 1979).

Essa experiência proporcionou a catalisação de um processo de desenvolvimento já iniciado pelos próprios moradores. O processo de urbanização acabou sendo um sucesso no ponto de vista simbólico, os moradores podiam se identificar com o novo espaço, pois eles tiveram participação em todo o processo. Essa identificação possibilitou a continuidade e a manutenção do processo de urbanização pelos próprios moradores do local.

Essas intervenções que valorizaram a experiência subjetiva dos moradores com o local, bem como a forma que eles escolheram de construir suas habitações, proporcionando uma experiência realmente participativa, são defendidas por Jacques (2011) em Estética da Ginga, nesse trabalho a autora faz uma análise do movimento da favela - local cercado por labirintos, onde o modo de habitar/construir está intimamente ligado às vivências dos favelados - a um ritmo bastante específico, nesse sentido padronizar uma forma de morar, tornar o espaço do lar rígido - sem possibilidades de transformação - traz dentre inúmeras problemáticas a questão da perda do movimento, tão comum e essencial para a vivência nas favelas.

Estes são exemplos das possibilidades que devem podem exploradas na elaboração dos projetos de intervenção das políticas de urbanização brasileiras, de maneira que a considerar aspectos da sociabilidade, dos costumes, da cultura dos moradores, envolvendo-os de maneira efetiva nas construções de suas moradias e suas comunidades.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da análise dos dados levantados, percebe-se que há uma lacuna entre o discurso especializado da URBEL e o discurso das moradoras, em especial quanto ao acompanhamento do Poder Público nas fases de transição e reassentamento das moradoras nas Unidades Habitacionais. Torna-se evidente também, que o PVV-Serra I desconsidera a realidade a qual vivem os moradores – as tessituras próprias da favela, essenciais para entender como se processa a construção daquele território, em suas diferentes instâncias: estrutural, psicossocial, econômica, entre outras. Assim, embasado em uma lógica tecnocêntrica de ampliação do capital, o PVV-Serra I tenta aproximar a favela à cidade formal, com o intuito de promover uma espécie de desfavelização. Não conseguindo compreender e guiar as intervenções a partir do reconhecimento das formas como se organizam aqueles espaços, deslocam assim o indivíduo da atividade de produção de sua moradia e seu meio, dificultando a apropriação e desconhecendo práticas coletivas importantes à população local.

Percebe-se que o Programa Vila Viva possibilitou algumas conquistas para a população, para muitos significou, por exemplo, ter a casa própria, um endereço reconhecido, saneamento

básico, por exemplo. Entretanto, como já afirmado, o PVV-Serra I acaba por recair na busca histórica das políticas de urbanização de favelas em convertê-las à estética e a arquitetura da cidade formalizada.

Aponta-se ao Poder Público que é necessário explorar outras possibilidades a fim de garantir intervenções cujos moradores sejam agentes mais atuantes das transformações em seu mundo físico-social, em que os novos arranjos levem em consideração o modo de vida e os desejos da população local, destacando-se, por exemplo, as apresentadas por Melo (2009) e por Blank (1981). É necessária a superação do discurso tecnicista das ciências duras a respeito da urbanidade e da moradia, passando a compreender esses espaços de trocas cotidianas significativas.

Voltando à metáfora de Italo Calvino "– Os outros lugares são espelhos em negativo. O viajante reconhece o pouco que é seu descobrindo o muito que não teve e o que não terá." (CALVINO, 1988, p. 29).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFONSO, A. F. e Magalhães, M.C.F. **Programa Vila Viva: Intervenção estrutural em assentamentos precários.** Revista de Urbanização e Habitação, Belo Horizonte v.1. pp. 31-36, 2014.

ALVITO, M. **As cores de Acari: uma favela carioca**. Rio de Janeiro: FGV, 2001

BLANK. G. **Brás de Pina: Experiência de Urbanização de Favela**. In BLAY, E. A. (org) A luta pelo espaço: textos de sociologia urbana. Petropolis, RJ: Vozes, 1979. p. 111-125

BONI, V. e QUARESMA, S.J. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Em Tese - Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v.2, n.1, p. 68-80, 2005. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/emtese/article/view/18027/16976> Acesso em 10/07/2018.

BRASIL. Ministério Público Federal. **Ação Cível Pública com Pedido de Tutela os autos do inquérito civil nº 1.22.000.002113/2010-15**. Belo Horizonte, 2016. Disponível em: < http://www.mpf.mp.br/mg/sala-de-imprensa/docs/acp-aglomerado-santa-lucia> Acesso em 10 de julho de 2018.

CALVINO, I. **As Cidades Invisíveis.** São Paulo: Companhia das Letras, 1988

CARERI, F. **Walkscapes: el andar como práctica estética**. Barcelona: Editorial, 2013

CERTEAU, Michel de. **A Invenção do Cotidiano: I. artes de fazer**. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, H. S. M. (2006) **A cidade "ilegal": notas sobre o senso comum e o significado atribuído à ilegalidade**. In BRANDÃO, C. A. L. (Org) As cidades da cidade. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006, v. 1, p. 145-156.

FERNANDES, E. e PEREIRA, H. D. (2010). **Legalização das favelas: qual é o problema de Belo Horizonte?** Revista Planejamento e Políticas Públicas. n. 34, p. 171-200, 2010 Disponível em: < http://www.ipea.gov.br/ppp/index.php/PPP/article/view/171> Acesso em 25 de junho de 2018.

GIL, A. C. **métodos e técnicas de pesquisa social**. 5 ed. São Paulo: Editora Atlas, 1999

GÓIS, C. W. **Atividade Humana**. In: Góis, C. W. Psicologia Comunitária: atividade e consciência Fortaleza: Publicações Instituto Paulo Freire, 2005, p. 75-90.

GOMES, G. C. A inscrição da produção do espaço na valorização do valor : reflexões acerca da (re)produção socioespacial contemporânea de Belo Horizonte. 2012. Tese (Doutorado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2012.

JACQUES, P. B. **Estética da Ginga: a arquitetura das favelas através da obra de Hélio Oiticica.** 4 ed. Rio de Janeiro: Casa da Palavra, 2011.

MELO, I. D. O. **O espaço da política e as políticas do espaço: tensões entre o programa de urbanização de favelas Vila Viva e as práticas cotidianas no Aglomerado da Serra em Belo Horizonte.** Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geociências, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2009.

MOURA, P. F. **Urbanização de vilas e favelas e preservação de referências culturais: convergências possíveis?** Dissertação (Mestrado em Ambiente Construído e Patrimônio Sustentável) – Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2013.

NOGUEIRA, M. L. M. **Subjetividade e materialidade: cidade, espaço e trabalho.** Fractal: Revista de Psicologia, v. 21, p. 69-86, 2009. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-02922009000100006> Acesso em 20 de julho de 2018.

PINTO, G. P. ; JANUÁRIO, F. S. ; RIBEIRO, T. R. ; NOGUEIRA, M. L. M. ; PIMENTA, D. A. O. **Programa vila viva: contradições e resistências no processo de urbanização de uma favela em belo horizonte**. In: Anais doXV Encontro Nacional da Associação Brasileira de Psicologia Social-psicologia social e Políticas de Existência: Fronteiras e Conflitos. Maceió: Associação Brasileira de Psicologia Social, 2009.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: espaço e tempo: razão e emoção.** São Paulo: Hucitec, 2008.

Enviado 31/05/2019
Aceito 07/06/2019